

TV, recurso para defesa do Congresso

BRASÍLIA — A requisição da cadeia de rádio e televisão, — fato inédito na história do Congresso — será encaminhado hoje ou segunda-feira ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Hugo. O programa será elaborado em conjunto pela Câmara e o Senado.

O direito de defesa do Legislativo está assegurado no decreto 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão), alterado em seu artigo 87 pelos decretos 84.181, de 1979, e 86.680, de 1981.

Durante as reuniões extraordinárias da Mesa, ontem, ficou decidido ainda que a utilização de cadeia nacional poderá ser reivindicada sempre que o Congresso sentir-se atingido ou desmoralizado pelos meios de comunicação.

A publicação do comentário do "Jornal de Brasília" comparando o Legislativo a um circo provocou imediata reação do Presidente da Câmara Ulysses Guimarães, que telefonou cedo ao proprietário do jornal, Deputado Jayme Câmara (PDS-GO), protestando. Câmara, segundo uma fonte, alegou ao Presidente não ter tido conhecimento do comentário e assegurou não tê-la autorizado.

Logo a seguir, o primeiro Vice-Presidente da Mesa, Humberto Souto (PFL-MG), levou a Ulysses as dezenas de manifestações de Deputados que exigiam uma tomada de posição rigorosa da Presidência. Foi então convocada a primeira reunião extraordinária, às 10h30m, onde o quarto Secretário, José Frejat (PDT-RJ), esboçou a primeira nota, bem mais longa que a aprovada ao final da segunda reunião à tarde.

Em clima tenso, os membros da Mesa dividiram-se no acréscimo ou supressão de palavras e expressões; uns querendo dureza maior nos termos, outros mais brandura (estes, argumentando que a radicalização de posições seria má para o Legislativo). O consenso deu-se num ponto: a Câmara deverá adotar uma posição firme na denúncia de campanhas para desestabilizar o Congresso, sob pena de enfraquecer-se ou ser desmoralizada.

Em paralelo às decisões da mesa, Deputados começaram a organizar represálias à campanha de calúnias de que se queixam. Foi marcada para o dia 10 a primeira reunião de uma Comissão Mista para examinar a emenda constitucional do Deputado Odilon Salmoria (PMDB-SC) propondo que a concessão de canais de rádio e televisão seja submetida ao Congresso para referendo. O Presidente da Comissão é o Deputado Salles Leite (PDS-SP) e o Relator, o Senador Alberto Silva (PMDB-PI).